Temas relevantes da agenda federativa

Novembro de 2014

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Agenda federativa

Novembro 2014

Relatório produzido nos termos do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (2011), firmado em 2011.

Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest).

Pesquisador responsável: Antonio Lassance.

antonio.lassance@ipea.gov.br

Colaboraram para este relatório (no levantamento das informações de calendário) Paula Ravanelli Lozada e Crislaine do Nascimento (da Subchefia de Assuntos Federativos da SRI) e Leonardo Meira Reis (do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional, do IPEA).

As opiniões expressas neste documento não representam opiniões do IPEA ou da SRI.

Relatório apresentado à reunião do Sistema de Assessoramento Federativo do Governo Federal, em Brasília, 4 de novembro de 2014.

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Agenda federativa

Novembro 2014

Análise

Passadas as eleições, o mês de novembro traz de volta vários temas remanescentes das pautas não vencidas pelas tentativas de esforço concentrado no Congresso.

Entre elas, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 426/14, oriunda do Senado e fruto de acordo negociado pelo Governo Federal, que aumenta o volume de repasses de impostos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 1%; da mudança do indexador das dívidas de Estados, Municípios e DF com a União; da convalidação dos benefícios fiscais concedidos por Estados concedidos sem prévia aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) – portanto, inconstitucionais -; da repartição do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) entre estados de origem e de destino, entre outros.

Na Câmara dos Deputados, ao longo do mês, pode ocorrer a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 426/14, oriunda do Senado, que aumenta em um ponto percentual o repasse de recursos da União para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) referente à arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Com isso, o percentual de repasses passaria dos atuais 23,5% para 24,5%. Hoje, a Constituição determina que a União entregue 48% do produto da arrecadação desses tributos ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), que recebe 21,5%, 23,5% ao FPM e 3% aos programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

No Senado, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 99/2013 altera o indexador das dívidas de Estados, Municípios e DF com a União. O PLC, em fase de deliberação, prevê a troca do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), atual indexador, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais juros anuais de 4%.

Relatório apresentado à reunião do Sistema de Assessoramento Federativo do Governo Federal, em Brasília, 4 de novembro de 2014.

Agenda federativa

Novembro 2014

A proposta vinha sendo negociada pelo Governo Federal associada ao esforço de por fim à guerra fiscal, harmonizando as alíquotas entre os entes federados e propondo, além de um fundo de compensação para eventuais perdas, o alívio das dívidas.

Vários governadores e prefeitos devem vir a Brasília para pressionar pela aprovação do projeto que, além da redução dos encargos, tornaria possível a muitos contrair novos empréstimos para investimentos. Na medida em que a mudança de indexador impacta o volume da dívida contraída, muitos estados e municípios voltariam a ter margem para a contratação de novos empréstimos para investimentos importantes como, por exemplo, obras de mobilidade urbana.

Na Câmara, a PEC 197/2012 estabelece regras de repartição do ICMS entre estados de origem e de destino na compra de produtos e serviços pela internet.

A Comissão de Assuntos Econômicos deve apreciar o PLS 130/2014, que convalida os benefícios do ICMS dados pelos estados, que estavam sem amparo constitucional e sob o risco iminente de uma decisão desfavorável do Supremo Tribunal Federal (STF). O PLS foi justamente a resposta ao risco iminente de o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovar a Súmula Vinculante 69, que considera inconstitucionais os incentivos fiscais relativos ao ICMS concedidos sem prévia aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Da mesma forma deve ser votado no Senado Projeto de Decreto Legislativo (PDC 1.491/2014), já aprovado na Câmara dos Deputados, que susta o decreto da presidente Dilma Rousseff que criou define a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). O decreto presidencial, editado no em fins de maio, consolida a participação social como método de governo e fortalece instâncias, como os conselhos e as conferências.

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Agenda federativa

Novembro 2014

Calendário político

3 de novembro

- Jornada de Gerenciamento Costeiro e Planejamento Espacial Marinho. O Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente está organizando uma semana de atividades, com assuntos variados relacionados com a gestão da Zona Costeira e Marinha brasileira, com base no intercâmbio de experiências nacionais e internacionais. Local: Brasília-DF. Dias 3 a 7.

4 de novembro

- 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil (2ª CNPDC) - Fase final, com a realização da etapa nacional. Para este evento, está prevista a participação de 1,5 mil pessoas, entre delegados, observadores e convidados. De novembro de 2013 a setembro de 2014, a 2ª CNPDC contabilizou a participação de mais de 1,8 mil municípios em conferências municipais e intermunicipais, a realização de 24 etapas estaduais, 18 livres e uma conferência virtual. Neste espaço, estão reunidas todas as informações sobre a etapa nacional. Local: Brasília-DF. Dias 4 a 7.
- Possível votação no Plenário do Senado Federal do Projeto de Decreto Legislativo que susta o decreto da presidente Dilma Rousseff que criou a Política Nacional de Participação Social (PDC 1.491/2014). O decreto, editado no fim de maio, consolida a participação social como método de governo e fortalece instâncias como os conselhos e as conferências. Para grande parte dos parlamentares, inclusive de partidos da base do governo, a iniciativa usurpa atribuições do Legislativo. Tanto o presidente do

Senado, Renan Calheiros, quanto o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, já se posicionaram contra a edição do texto pelo Planalto;

- Senado aprecia o PLC 5/2014 que institui o Estatuto da Metrópole, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Projeto fixa diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução de políticas públicas em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas instituídas pelos estados;
- Comissão de Assuntos Econômicos deve apreciar o PLS 130/2014, que convalida os benefícios do ICMS dados pelos estados, sem amparo constitucional, e que estavam sob o risco iminente de sofrerem ação julgada pelo STF. O PLS é resposta ao risco iminente de o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovar a Súmula Vinculante 69, que considera inconstitucionais os incentivos fiscais relativos ao ICMS concedidos sem prévia aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz);
- Relatório do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem previsão de votação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A proposta (PLN 3/2014) estabelece as diretrizes para elaboração e execução do Orçamento da União do próximo ano;
- Previsão de votação na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado Federal do Projeto de Lei do Senado (PLS) 292/2012, que torna obrigatória a reciclagem pedagógica de professores da educação superior e básica pública a cada seis anos. Do senador Cyro Miranda (PSDB-GO), o projeto tramita em caráter terminativo e tem voto favorável da relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS), na forma de substitutivo;
- Audiência Pública na Comissão Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal para avaliar a política pública do Plano Nacional de Banda Larga. O evento compõe o Plano de Trabalho aprovado pela CCT em maio de 2014, e terá a participação de representantes do Poder Executivo, dos prestadores de serviços de telecomunicações, dos provedores de internet e da sociedade civil;
- XII Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, organizado pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH, de 4 a 7 de novembro, em Natal/RN. O tema desta edição será "Água e desenvolvimento: água como vetor de desenvolvimento do Nordeste e o seu papel social". Durante o evento, a equipe do Programa Água para

Todos, coordenado pelo Ministério da Integração e executado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), irá se reunir para realizar um balanço das ações do programa no triênio 2011/2014 e expor as demandas para os próximos anos;

- 1º Seminário de Tecnologias Sociais: Biodiversidade, Inovação e Saúde, organizado pelo Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz (Fiocruz Bahia), em parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI). O evento, que acontece nas dependências da Fiocruz Bahia, tem o objetivo de ampliar a interação e o debate social em torno da temática das tecnologias sociais, a partir da participação de especialistas, de gestores públicos e de representantes da sociedade civil organizada em atuação nos campos da saúde, cultura, comunicação e inovação. De 4 a 6 de novembro, em Salvador/BA;
- Mesa de Controvérsias: Terra e Territórios, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), dias 4 e 5 de novembro, em Brasília/DF. O encontro reunirá ministros, conselheiros, pesquisadores e representantes de órgãos públicos e entidades da sociedade civil que trabalham com os temas relacionados à questão da terra. Esta mesa sobre Terra e Território tem o objetivo principal de discutir as diferentes concepções do direito à terra e ao território e sua relação com o Direito Humano à Alimentação Adequada na ótica dos Três Poderes e dos sujeitos de direitos, bem como construir propostas para atuação do Estado;

5 de novembro

- Previsão de votação no Plenário do Senado Federal do PLC 99/2013, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados e Municípios; e dá outras providências. A troca do indexador é uma reivindicação antiga dos governadores e prefeitos. O projeto foi apresentado pelo Executivo e começou a tramitar na Câmara no início de 2013. O texto original prevê a troca do atual indexador das dívidas, o Índice Geral de Preços -

Disponibilidade Interna (IGP-DI), pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais juros anuais de 4%;

- III Congresso Latinoamericano de Cidades e Governos locais, promovido pela Federação Latinoamericana de Cidades, Municípios e Associações (Flacma). O objetivo é provocar a reflexão dos gestores a respeito de temas que impactam diretamente o momento atual e o futuro dos governos locais. Além disso, será promovida a troca de experiência entre os participantes no intuito de conhecer as novas tendências de gestão municipal. A iniciativa irá reunir representantes de mais de 20 países. Podem participar prefeitos, autoridades do primeiro setor e demais gestores interessados nas temáticas municipais. Local: Santa Marta, Colômbia, dias 5 a 7.
- Jornada Nacional sobre Cidades e Mudanças Climáticas: 5º Encontro Nacional do CB27 e Cidades do Projeto Urban LEDS, organizado pelo fórum das 27 Capitais Brasileiras (CB27), juntamente com o ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, a prefeitura de Belo Horizonte (MG) e a Fundação Konrad Adenauer, de 5 a 7 de novembro, em Belo Horizonte/MG. A Jornada Nacional busca reunir cidades brasileiras, representantes do Governo Federal e de instituições especializadas nos temas para debater o papel das cidades no enfrentamento às mudanças climáticas, a importância da coordenação entre políticas nos diferentes níveis de governo, promover o intercâmbio de experiências entre as cidades e oferecer oportunidades de capacitação;

6 de novembro

- Prazo de inscrição ao edital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), da Fundação Capes e da Secretaria de Direito Humanos da Presidência da República que visa implementar o Programa de Apoio à Pós-graduação e à pesquisa Científica e Tecnológica em Tecnologia Assistiva no Brasil (PGPTA). Esta área do conhecimento engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços voltados para a autonomia, qualidade de vida e inclusão social de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida. Serão apoiados até 15 projetos. Cada um

receberá R$ 666,6 mil e poderá selecionar no total até 14 bolsistas para mestrado e doutorado no País. Podem se inscrever instituições de ensino superior públicas e privadas sem fins lucrativos;

8 de novembro

- Em todos os municípios, tem início a Campanha de Vacinação Infantil contra os vírus da Poliomielite e Sarampo, lançada pelo Ministério da Saúde. Mobilização Nacional acontece entre 8 e 22 de novembro, em todo o Brasil. Meta é vacinar mais de 12 milhões de crianças;
- Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2014. Mais de 8,7 milhões estudantes (21% a mais que ano passado) se inscreveram para as provas, que acontecem nos dias 8 e 9 de novembro em 1.699 cidades;

10 de novembro

- 66ª Reunião Geral da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP). É a 2º edição de 2014 do encontro da Frente. Em Campinas/SP, dias 10 e 11.

11 de novembro

- Prazo para gestores de escolas públicas e particulares conferirem os dados preliminares do Censo Escolar de 2014 por meio do sistema online Educacenso. O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado a cada ano, sob a coordenação do Inep. A coleta de dados inclui estabelecimentos de ensino, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar;
- Início do período para a realização da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), que vai de 17 a 28 de novembro. Escolas públicas urbanas e rurais com o mínimo de dez estudantes poderão participar. A avaliação será aplicada na escola em que a criança está matriculada. ANA é uma avaliação externa que compõe o Sistema de Avaliação

da Educação Básica (Saeb) e tem como objetivo medir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras. A avaliação, além de verificar o desenvolvimento da qualidade e a redução das desigualdades na educação brasileira, em consonância com o Plano Nacional de Educação, pode ser utilizada como instrumento de planejamento estratégico para educação pública nos Municípios do país;

- Prazo para que os estados e o Distrito Federal possam enviar propostas para o sistema de convênios do governo federal que tratam do Programa Mulher Sem Violência. Os convênios preveem investimentos em Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam);
- Indicativo de votação, no plenário da Câmara, do Projeto de Lei da biodiversidade (PL 7735/14). O PL é de autoria do Poder Executivo e simplifica as regras para pesquisa e exploração do patrimônio genético de plantas e animais nativos e para o uso dos conhecimentos indígenas ou tradicionais sobre eles, dispensando a necessidade de autorização prévia do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen);
- Previsão de votação, na Câmara, do relatório que permite a ampliação da Zona Franca do Semiárido.

12 de novembro

- Encontro Internacional sobre o Direito à Cidade. Há quatro eixos temáticos: 1. Direitos Humanos nas Cidades; 2. Da Governança Democrática e Participativa das Cidades; 3. Da Urbanização e Uso Sustentável do Território e Inclusão Social e 4. Desenvolvimento Econômico e Inclusão Social nas Cidades. O Encontro é organizado, entre outros, pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) Coalizão Internacional do Habitat (HIC) Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais Prefeitura do Município de São Paulo -Secretaria de Relações Internacionais e Federativa – Secretaria de Direitos Humanos e Frente Nacional de Prefeitos. Local: São Paulo-SP. Dias 12 a 14.

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Agenda federativa

Novembro 2014

13 de novembro

- Eleição para o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR SEPPIR para a escolha de dezenove entidades representantes da sociedade civil.

18 de novembro

- 7º Simpósio Regional de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto (Geonordeste), organizado pela Rede Sergipe de Geotecnologias (Resgeo), de 18 a 21 de novembro, em Aracaju/SE. O evento é realizado a cada dois anos e esta edição terá como tema 'Geotecnologias: Inovações e Desenvolvimento'. O objetivo do Geonordeste é reunir pesquisadores, professores, estudantes e técnicos que atuam em geoprocessamento, sensoriamento remoto e áreas afins, para que possam apresentar e discutir os avanços tecnológicos alcançados, além dos impactos da área sobre o desenvolvimento nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, bem como promover a troca de experiências profissionais;

19 de novembro

- 2ª Conferência Nacional de Educação (Conae), organizada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE). Realizada a cada quatro anos, o encontro de 2014 debaterá as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Em Brasília/DF, dias 19 a 23.
- 1º Seminário de Agroecologia da América do Sul e Agroecol 2014. Os eventos denotam a importância adquirida pela agroecologia e pela produção de alimentos orgânicos como política pública em vários países e com crescente importância no federalismo brasileiro. Organizados pela Embrapa Agropecuária Oeste, a Embrapa Pantanal, a Embrapa Gado de Corte, Associação dos Produtores Orgânicos de Mato

Agenda federativa

Novembro 2014

Grosso do Sul - APOMS, a Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER, a Agência de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável – AADS, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS e a Prefeitura Municipal de Dourados/MS, de 19 a 21 de novembro, em Dourados/MS. Além do Agroecol 2014 e do 1º Seminário de Agroecologia da América do Sul, ocorrerão simultaneamente o 5º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul, o 4º Encontro de Produtores Agroecológicos de MS e o 1º Seminário de Sistemas Agroflorestais em Bases Agroecológicas de MS. Tendo como tema "Avanços e desafios em Agroecologia: como e onde precisamos chegar", o encontro reunirá pesquisadores, estudantes, membros de comunidades tradicionais e agricultores de diversas regiões do Brasil e de países da América do Sul;

21 de novembro

- Prazo final de inscrições da chamada pública do Fundo Amazônia, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e com a Fundação Nacional do Índio (Funai), que selecionará até dez projetos de elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) na Amazônia. O valor destinado à chamada pública é de R$ 70 milhões;
- Prazo para secretarias estaduais e municipais de educação e os institutos federais informarem na Plataforma Freire quantos professores das suas redes precisam cursar uma licenciatura ou pedagogia. É com base nessa informação que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), junto com as universidades e os fóruns de educação, define as vagas do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) para 2015;

23 de novembro

Agenda federativa

Novembro 2014

- XVI Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), promovido pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, de 23 a 28 de novembro, em Maceió/AL. O ENCOB deste ano, que deverá discutir e debater, entre tantos temas importantes, o papel dos Comitês de Bacias Hidrográficas como articuladores políticos das águas em nosso país, terá conferências, mesas de diálogo, 6 cursos de capacitação, além de vários eventos paralelos como o Seminário "Água, Comunicação e Sociedade" promovido pela Agência Nacional de Águas (ANA) e três visitas técnicas programadas;

24 de novembro

- Prazo final para votação da Medida Provisória 652/2014, que cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional para estimular operações de empresas aéreas em aeroportos com até um milhão de passageiros por ano. A subvenção atuará no sentido de baratear as passagens aéreas em voos com origem ou destino em aeroportos regionais, como os localizados na Amazônia. O objetivo é aumentar o acesso da população ao transporte aéreo e o número de municípios e rotas atendidos.
- Encontro Nacional Teia da Memória, organizado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), dias 24 e 25 de novembro, em Belém/PA. Parte do 6º Fórum Nacional de Museus, a pauta contempla discussões sobre as etapas para a institucionalização do conselho de gestão do Programa Pontos de Memória. Temas como a Lei Cultura Viva, assim como os decretos da Política Nacional de Participação Social e do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, também serão abordadas;
- 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária, organizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de 27 a 30 de novembro, em Brasília/DF. O evento será precedido de conferências temáticas, municipais, territoriais e estaduais e terá como tema "Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável";
- Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, de 24 a 27 de novembro, em Brasília/DF. O objetivo do encontro é avaliar e aprimorar a

Agenda federativa

Novembro 2014

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), com ênfase no acesso aos territórios e na regularização fundiária. Fazem parte do eixo da PNPCT também o acesso a recursos naturais, à infraestrutura, à inclusão social e ao fomento à produção sustentável. O encontro é promovido pela Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), formada por representantes do governo e da sociedade civil. A entidade é presidida por representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e secretariada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA);

25 de novembro

- 7º Congresso Brasileiro de Câmaras Municipais, promovido pela Associação Brasileira de Câmaras Municipais (Abracam), de 25 a 27 de novembro, em Brasília/DF. expectativa é reunir 700 pessoas, entre prefeitos, presidentes de Câmaras Legislativas, vereadores e representantes de entidades estaduais municipalistas. Na programação, demandas legislativas como a Lei de Resíduos Sólidos; o Orçamento Impositivo nos Municípios, políticas públicas, reforma política; técnicas parlamentares e os desafios para o legislativo configuram os seis painéis de conteúdo para abordagem;
- XLIII Reunião do FCCR e a I Oficina Regional para o Fortalecimento da Participação Social do MERCOSUL Local: Cidade de Corrientes, Argentina. Dias 25 e 26.

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Agenda federativa

Novembro 2014

28 de novembro

- Encerramento do período de votação das entidades ambientalistas que ocuparão 11 vagas ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). As organizações não governamentais eleitas ocuparão as vagas durante o biênio 2015/2017. Serão eleitas duas ONGs por região geográfica do País e uma de âmbito nacional. O Conselho Nacional do Meio Ambiente é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). A presença das entidades ambientalistas no Conama representa importante função na defesa da agenda ambiental, em diálogo e negociação com os demais segmentos do conselho;

30 de novembro

- Prazo para a solicitação da renovação semestral dos contratos de financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O prazo foi prorrogado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O aditamento é referente ao 2º semestre de 2013 e aos 1º e 2º semestres de 2014, e a solicitação deve ser feita no Sistema Informatizado do Fies (SisFies).

Relatório apresentado à reunião do Sistema de Assessoramento Federativo do Governo Federal, em Brasília, 4 de novembro de 2014.

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Agenda federativa

Novembro 2014

Eventos ao longo do mês

- Possível votação em primeiro turno no Plenário da Câmara dos Deputados da proposta de emenda à Constituição do orçamento impositivo (PEC 358/13), que torna obrigatória a execução de emendas parlamentares individuais. A PEC obriga o Executivo a executar as emendas parlamentares individuais até o limite de 1,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União, sendo metade do valor dessas emendas necessariamente destinada para "ações e serviços públicos de saúde", incluídos os atendimentos financiados pelo Sistema Único de Saúde (SUS);
- Possibilidade de votação ao longo do mês na Comissão Especial Terrenos de Marinha da Câmara do Deputados do projeto (PL 5627/13, do Executivo) que muda a lei sobre a ocupação de terrenos de marinha e parcelamento de dívidas patrimoniais com a União. Na lei atual, os terrenos de marinha são os que ficam em até 33 metros horizontais, em direção a terra, a partir da linha média das marés máximas. O direito de uso desses terrenos pode ser concedido pela União a particular mediante pagamento de taxas anuais.

Relatório apresentado à reunião do Sistema de Assessoramento Federativo do Governo Federal, em Brasília, 4 de novembro de 2014.